

Mudança construcional pós-construcionalização de *a gente* e *você* no português brasileiro

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v50i1.3013>

Sebastião Carlos Leite Gonçalves¹

Marcelo Henrique Vieira de Faria²

Resumo

Neste artigo, nosso objetivo é reinterpretar o processo de mudança das construções pronominais *a gente* e *você* do português brasileiro (PB), à luz do quadro teórico-metodológico dos Modelos Baseados no Uso da Língua (BYBEE, 2010; TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013). A partir de evidências diacrônicas disponíveis em trabalhos de outros autores (CINTRA, 1972; LOPES, 2003; FARACO, 1996; MENON, 1996, dentre outros), e de dados reais do português brasileiro falado no interior paulista (GONÇALVES, 2007), defendemos que, após as duas construções integrarem a rede de pronomes pessoais, elas desencadeiam mudanças pós-construcionalização, passando a integrar também a rede de indeterminação de sujeito. As mudanças pós-construcionalização de *você* e *a gente* decorrem de mudanças sintáticas que o novo paradigma pronominal acarreta na gramática do PB.

Palavras-chave: construcionalização; mudança construcional; pronomes.

1 Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil; sebastiao.goncalves@unesp.br; <https://orcid.org/0000-0002-1798-729X>

2 Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil; marcelo.faria@unesp.br; <https://orcid.org/0000-0001-9896-813X>

Post-constructionalization constructional change of *a gente* and *você* in Brazilian Portuguese

Abstract

In this paper, our goal is to reinterpret the change process of the pronominal constructions *a gente* and *você*, under the theoretical-methodological framework of the Usage-Based Models of language (BYBEE, 2010; TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013). Based on diachronic evidence available in researches by other authors (CINTRA, 1972; LOPES, 2003; FARACO, 1996; MENON, 1996, among others), and real data from Brazilian Portuguese spoken in the countryside of São Paulo State (GONÇALVES, 2007), we argue that two constructions are first constructionalized as part of the pronominal constructions network and then they trigger post-constructionalization changes, also integrating the subject indeterminacy network. The post-constructionalization changes of *você* and *a gente* result from syntactic changes that the new pronominal paradigm brings about in the BP grammar.

Keywords: constructionalization; constructional change; pronouns.

Introdução

O quadro pronominal do português brasileiro (daqui em diante, PB) tem sido objeto de investigação em diferentes modelos teóricos. Citemos como pioneiros da temática e a título de exemplos o trabalho histórico de Cintra (1972), o trabalho gerativista de Duarte (1993) e os trabalhos sociofuncionalistas de Omena (1996), Omena e Braga (1996), Faraco (1996), Menon (1996, 2006) e Lopes (2003). Dentre esses diversos autores, muitos tratam do percurso de mudança que faz emergir das expressões nominais referenciais *gente* e *Vossa Mercê* os pronomes *a gente* e *você*, de primeira pessoa do plural e segunda do singular, respectivamente. A maioria desses autores aponta que a introdução desses novos pronomes no paradigma pronominal foi responsável por desencadear diversas outras mudanças na sintaxe do PB, principalmente no que diz respeito à simplificação de concordância verbal e ao preenchimento da posição de sujeito, como investiga profundamente Duarte (1993). Na mesma linha temática desses trabalhos citados, este artigo procura contribuir também com entendimento da categoria de pronomes no PB, porque o tema é vasto.

Ao analisar as regras de preenchimento da posição de sujeito no PB, Duarte (1993) constata que um processo de mudança em curso vem afetando também as estratégias de indeterminação do sujeito. A autora explica que, com a entrada de *a gente* e *você* no paradigma pronominal, as marcações de pessoa no verbo se reduzem praticamente às formas de primeira e terceira pessoas do singular, considerando o dialeto não padrão no qual a concordância verbal plural é regra variável. Como reflexo dessa interação de regras e para evitar ambiguidades, o preenchimento da posição de sujeito vem se tornando cada vez mais frequente, evidência que revela uma mudança paramétrica que

está tornando o PB, de língua de preenchimento facultativo da posição de sujeito ([+pro-drop]), língua de preenchimento obrigatório ([-pro-drop]). Soma-se a esse quadro o quase desaparecimento do clítico *se* como estratégia de indeterminação do sujeito, com o qual passam a concorrer expressões referenciais indefinidas.

Considerado esse panorama de mudança no PB, focalizamos, neste artigo, os usos das construções pronominais *a gente* e *você* como estratégia de indeterminação de sujeito, em razão do percurso de mudança por que passaram e que as tornou diferenciadas dos outros pronomes que sempre se mantiveram estáveis no sistema pronominal. A esse respeito, as ocorrências em (1) e (2), extraídas das amostras de fala do nosso corpus de análise³, exemplificam o fenômeno investigado neste artigo.

1. Inf.2: foi um sufoco né J.?

Inf.1: e O(u)tra... te/ o o telefone tocava **cê ficava** ((inf. respira ofegante))até

Inf.2: até com medo de atendê(r) né? (BDI, AI-001-CAS, L. 70)

2. Inf.5: quem é que sabe sob pressão usá(r) uma arma?

Inf.4.: ¹⁰[o bandido]

Inf.2: ¹⁰[ninguém] ninguém... e o(u)tra

Inf.1: na hora do susto Inf.4.: eu acho que o bandido também

Inf.5: uma arma na mão **cê ta tremendo... cê num vai**¹¹[**acertá(r) o tiro**]

Inf.2: ¹¹[e o(u)tra... **a gente TREme**] (BDI, AI-001-CAS, L. 107)

Em (1), claramente a referência dêitica à segunda pessoa do discurso é anulada, porque o Inf.1 relata um acontecimento passado de que o interlocutor não fez parte. Em (2), o diálogo entre os informantes se instaura a partir de um contexto discursivo hipotético estimulado por uma pergunta inicial (*quem sabe usar uma arma sob pressão?*); esse caráter hipotético é favorecedor da referência indefinida de *(vo)cê* e *a gente*, que, originalmente dêiticos, não incluem as pessoas do discurso. Esses usos das duas construções pronominais são possíveis de serem interpretados como estratégia de indeterminação do sujeito, como pretendemos argumentar neste artigo.

A justificativa para a investigação desse tema se assenta no fato de as duas construções pronominais em exame estarem apresentando mudanças não só de natureza morfossintática, mas também semânticas e pragmáticas, o que nos leva a

3 A maioria das ocorrências exemplificativas usadas neste artigo provém do Banco de Dados Iboruna (BDI). Ao final das ocorrências, identificamos, quando é o caso, o banco de dados (BDI), o tipo de amostra (AC ou AI), seguida do número que a identifica e da linha de onde a ocorrência foi extraída.

adotar como referencial teórico-metodológico o quadro dos *Modelos Baseados no Uso* (BARLOW; KEMMER, 2000; BYBEE, 2010), que, amparado na Gramática de Construções (GOLDBERG, 2006; CROFT, 2001) e na abordagem construcional da mudança (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013), não dissocia forma e significado. Processos fonológicos que levam à cristalização de *a gente* e à redução fonética de *você* não serão contemplados, neste artigo, na descrição dos aspectos da forma dessas duas construções.

Metodologicamente, nossas análises são essencialmente qualitativas. De trabalhos diacrônicos envolvendo processos de mudança das construções pronominais *a gente* e *você* (CINTRA, 1972; FARACO, 1996; LOPES, 2003; MENON, 2006), recolhemos resultados e os reinterpretemos dentro do quadro da abordagem construcional da mudança (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013). A esses resultados reinterpretados, acrescentamos evidências empíricas provenientes de amostras do PB falado no interior paulista, reunidas no Banco de dados Iboruna (GONÇALVES, 2007). Em vista da diversidade de estratégias de indeterminação, recorreremos, secundariamente, a dados analisados por outros autores.

Esboçada nossa proposta mais geral, este artigo tem duplo propósito: (i) reinterpretar a mudança dos usos pronominais de *a gente* e *você* à luz da proposta teórico-metodológica dos Modelos Baseados no Uso (BYBEE, 2010; TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013); (ii) apresentar uma proposta de rede taxionômica das estratégias de indeterminação do sujeito disponíveis no PB, para nela localizar as construções pronominais *a gente* e *você*.

Além desta introdução e para cumprir nossos objetivos, o artigo segue estruturado da seguinte forma: na segunda seção, apresentamos como subsídios teóricos os Modelos Baseados no Uso e noções gerais sobre a indeterminação do sujeito; na terceira seção, com base na abordagem construcional da mudança, reinterpretemos o percurso de mudança de que resultaram as construções pronominais *a gente* e *você* e a mudança construcional pós-construcionalização desses pronomes; na quarta seção, central deste artigo, apresentamos nossa proposta de rede taxionômica de estratégias de indeterminação do sujeito no PB, localizando nela as construções pronominais em análise. Terminamos o artigo, à guisa de conclusão, com nossas considerações finais, seguidas das referências.

Modelos Baseados no Uso da língua e indeterminação do sujeito

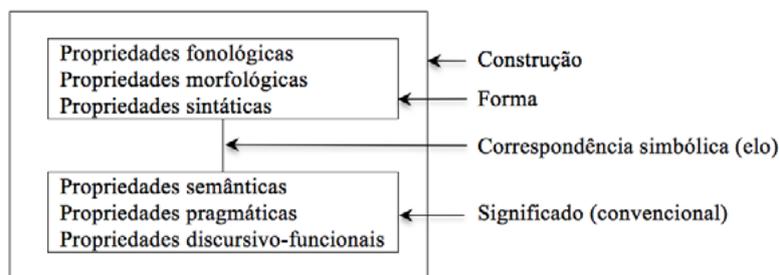
As análises deste artigo têm suas bases teóricas ancoradas nos *Modelos Baseados no Uso* (doravante, MBU) (BARLOW; KEMMER, 2000; BYBEE, 2010), vertente que conjuga postulados teóricos advindos de diferentes teorias de base funcional e cognitiva (CROFT, 2001; GOLDBERG, 1995; 2006; TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013), ao associar, na descrição das línguas, funções da linguagem a aspectos cognitivos⁴.

4 Ao leitor interessado em conhecer tipos de análise de fenômenos linguísticos desenvolvidos sob essa abordagem teórica, remetemos ao trabalho de Bybee (2010) e ao de Traugott e Trousdale (2013).

Como pressuposto fundamental, os MBU assumem que a língua é um sistema adaptativo complexo que comporta, ao mesmo tempo, estrutura, variação e gradiência, e, por isso, a gramática nunca pode ser considerada produto acabado, mas sempre emergente de situações comunicativas reais, responsáveis pela regularização e padronização das representações linguísticas (BYBEE, 2010). Assim, discurso e gramática devem ser estudados em conjunto, porque são centrais na compreensão de como a língua se estrutura.

Concebendo a língua como parte da cognição humana, os MBU defendem que processos de conceptualização específicos à língua não diferem de processos cognitivos de domínio geral, tais como, os processos cognitivos de *categorização*, *chunking*, *memória enriquecida*, *analogização* e *associações transmodais* (vd. BYBEE, 2010; TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013). Sob essa concepção e valendo-se de um modelo cognitivo de gramática (vd. LANGACKER, 1987; GOLDBERG, 1995), os MBU propõem que a gramática é simbólica e constituída de um inventário estruturado de redes de construções, organizado em diferentes níveis. Assim, a construção, como entidade teórica, passa a ser a unidade de análise apropriada para a descrição morfossintática da língua. Mais especificamente, *construção* é qualquer unidade simbólica com forma e significado pareados, construído teoricamente sintetizado por Croft (2001) num esquema bastante conhecido que explicita em que consistem os polos da forma e do significado, conforme se observa na figura 1, reproduzida do autor.

Figura 1. A estrutura simbólica de uma construção



Fonte: Croft (2001, p. 18, tradução nossa)

Na Gramática de Construções (GOLDBERG, 1995, 2006; CROFT, 2001), uma rede taxionômica representa construções interligadas no plano horizontal e vertical. Cada construção representada em um nível apropriado da rede, do mais esquemático e geral ao mais específico, constitui um nó da rede. Goldberg (1995) propõe que a elaboração de redes radiais de construções deve obedecer a princípios psicológicos de adequação da gramática e prevê, no plano horizontal da rede, a existência de quatro elos relacionais: i) *por polissemia* (relação entre um sentido específico e alguma extensão desse sentido); ii) *por subpartes* (partes de uma construção mais ampla existem independentemente como construções particulares); iii) *por instanciação* (elementos fixos de uma construção específica podem instanciar outra construção); iv) *por extensão metafórica* (projeção de

sentido de uma construção pode construir construção de um outro domínio semântico). Já no plano vertical da rede, as construções se ligam por elos de herança: um nó de nível apropriado da rede herda propriedades de nós dominantes, numa relação assimétrica, porque uma construção A, de nível mais alto, motiva uma construção B, de nível mais baixo, se, e somente se, B herda traços de A.

Na abordagem construcional da mudança linguística, torna imperioso descrever e explicar como a configuração da rede é afetada por processos de mudança e como ela se reestrutura em face dessas mudanças. Para essa tarefa, Traugott e Trousdale (2013) buscam explicar, pois, como processos cognitivos de domínio geral operam na língua e na mente do falante na criação e na convencionalização de novas construções, e propõem o reconhecimento de dois processos de mudanças: a *mudança construcional* e a *construcionalização*. Enquanto o primeiro tipo não prevê surgimento de novas construções na rede construcional, porque trata de mudanças graduais que afetam apenas uma das faces da construção (ou a forma ou o significado), o segundo é o que, de fato, faz surgir na rede novas construções com função tanto procedural (gramatical) quanto conteudística (lexical), porque micropassos de mudança motivados por *neoanálise* e *analogização* levam, ao final, à alteração de propriedades de forma e de significado. Da relação entre esses dois processos, podemos apreender que a *mudança construcional*, por operar em etapas graduais, alimenta a *construcionalização*, e, uma vez surgida, a nova construção pode se submeter a *mudanças construcionais pós-construcionalização*, dando início a um novo ciclo de mudança. É exatamente esse percurso de mudança pós-construcionalização que esperamos deixar ilustrado neste artigo a partir de nosso objeto de análise.

Para o tratamento das construções de indeterminação pronominal, nos baseamos nos postulados de Benveniste (1989) dedicados à categoria *pessoa* como instância do discurso. Para o autor, como o processo de comunicação decorre das relações de interlocução estabelecidas entre as pessoas do discurso, da qual o enunciado é apenas produto, o discurso comporta, então, unicamente duas pessoas: a primeira pessoa, o EU (o locutor), e a segunda pessoa, o NÃO-EU (o alocutário), permanecendo a terceira pessoa fora das manifestações de subjetividade da linguagem, por representar a NÃO-PESSOA ou o mundo objetivo. Assumindo essa definição de pessoa, é importante ter claro que, ao tratar da estrutura das relações de pessoa no verbo, o processo de pluralização a que se submetem as pessoas do discurso não representa, pela sua singularidade, o EU e o TU quantificados, mas apenas ampliados ao alcance do NÃO-EU e/ou da NÃO-PESSOA (BENVENISTE, 1989). Esses pontos destacados do autor são importantes para que possamos distinguir o caráter indeterminado das construções *a gente* e *você*.

No que se refere ao processo de indeterminação do sujeito, assumimos a posição de Milanez (1982) e Rollemberg *et al.* (1991), para os quais, tratar da indeterminação do sujeito implica, na realidade, ter de lidar com a indeterminação da referência do sujeito. Milanez (1982) argumenta que, mesmo que se aponte o significado de não-determinação

de um agente verbal para esse expediente sintático, o que está em jogo é o fato de se desconhecer ou não poder determinar a referência do sujeito, referência que, nos estreitos limites da oração, não está precisada, estabelecida.

Castilho (2010) postula que *sujeito referencial* é aquele que destaca determinado referente de um conjunto dos referentes possíveis que compartilham as propriedades indicadas pelo sintagma nominal-sujeito. A indeterminação, portanto, vai em direção contrária a essa definição, isto é, não se destaca, ou não é possível destacar, um referente de um conjunto de referentes possíveis.

Milanez (1982) estabelece um paralelo entre sujeitos identificados e específicos com a noção de *generalização*. Para a autora, sujeitos que não são identificados e específicos estão dentro de construções cuja referência não se estabelece com um ou mais seres específicos e identificáveis, mas que pode envolver, indistintamente, qualquer uma das pessoas do discurso, inclusive a não-pessoa, ou as pessoas do discurso e a não-pessoa de uma só vez. Cabe, neste ponto, a distinção apresentada pela autora entre *indeterminação* e *indefinição*. Uma aparente semelhança envolve esses conceitos, em razão de por trás deles estar a noção de *imprecisão*. Entretanto, há diferenças que particularizam a indeterminação e a indefinição. Sintaticamente, as estratégias de indeterminação são bem distintas entre si, enquanto apenas formas lexicais de terceira pessoa marcam a indefinição. O traço de generalização é uma característica essencial da indeterminação, enquanto para a indefinição ele é apenas uma possibilidade. Assim, Milanez (1982, p. 39, grifos do autor) afirma que:

[...] mesmo quando generaliza, a indefinição distingue-se da indeterminação pela natureza *limitada* dessa generalização. Ou seja, os recursos de indefinição *sempre* pressupõem um conjunto "fechado" de elementos que pode ser expresso ou na sua totalidade [...] ou no seu esvaziamento [...] ou parcialmente.

Sob essa perspectiva, esse aspecto generalizador que se apresenta na indefinição difere do aspecto apresentado na indeterminação, a qual não apresenta o aspecto quantitativo em relação a um conjunto.

Com base nessa breve incursão teórica, entendemos por *indeterminação do sujeito* o fato de não ser possível, dentro de um contexto discursivo, se alcançar uma identidade referencial para o argumento sujeito, esteja ele expresso ou não nos limites da oração. Se a referência não é recuperável, porque não foi precisada ou determinada na totalidade do discurso, ela é, então, uma referência indeterminada. Desse modo, nos parece mais apropriado tratar a estratégia de indeterminação do sujeito como um expediente mais pragmático do que sintático, porque o que torna indeterminado o sujeito é, em primeiro lugar, a intenção do falante, que, por uma razão qualquer, não sabe ou não quer individuar, precisar, apontar o referente do argumento sujeito previsto na estrutura argumental do

predicado. A partir daí, a noção de sujeito que adotamos aqui não se limita apenas a uma categoria puramente sintática. Se assim fosse, seria contraditório tratar como indeterminados casos de sujeito expressos lexicalmente, como é, por exemplo, o caso de sujeitos pronominais que operam indeterminação. Assumimos, portanto, que o sujeito expresso sempre tem uma função referencial, seja determinada ou indeterminada.

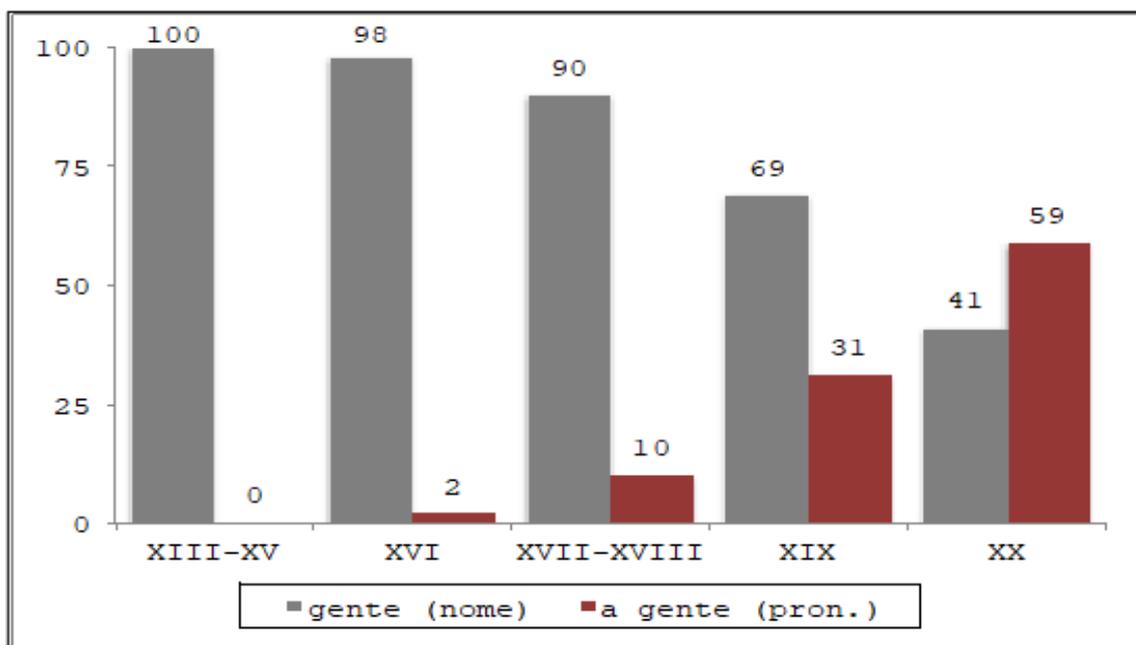
A inserção de *a gente* e *você* no paradigma pronominal do PB

Embora a gramaticalização de nome a pronome não seja processo tão produtivo se comparado ao quadro de conectivos que se gramaticalizam a partir de diferentes bases lexicais ou mesmo gramaticais (nomes, verbos, adjetivos, advérbios), há na literatura linguística inúmeros estudos dedicados aos processos de gramaticalização de que resultaram os pronomes *a gente* e *você*. Como apontam esses estudos, o pronome *a gente* tem como origem o substantivo *gente* (OMENA; BRAGA, 1996; LOPES, 2003), e o pronome *você*, a expressão de tratamento *Vossa Mercê* (CINTRA, 1972; FARACO, 1996; LOPES, 2003; MENON, 2006). Nesta seção, apresentaremos alguns dos aspectos históricos mais relevantes para o presente artigo.

Gaffiot (1934 *apud* MENON, 1996) aponta que a palavra *gente* origina-se do latim *gens*, *gentis* e possuía vários significados: raça, estirpe, linhagem, família, raça de povo, povo (em ordem decrescente: gente, nação, cidade), povo de uma cidade, país, região, lugar, bárbaros, tendo como gênero a raça humana, o gênero humano.

Segundo Lopes (2003), o nome *gente* começa a se cristalizar a partir do século XVI, e sua função de expressar coletivo entra gradativamente em desuso. Paralelamente a essa mudança, segundo a autora, a palavra *homem*, como pronome de referência indefinida, começa a desaparecer no português arcaico, em razão da entrada da forma cristalizada *a gente* com função de designar os seres de maneira coletiva, genérica, indeterminada, entre os quais o falante poderia estar incluído. Assim, *a gente* adquire traços dêiticos de primeira pessoa do discurso, pois sua interpretação passa a ser “todo mundo (todas as pessoas), inclusive eu” (LOPES, 2003, p. 64). Os contextos ambíguos serviram de gatilho para que, a partir do século XVI, os usos de *a gente* comesçassem a ascender; entre os séculos XVII e XIX, esses usos crescem progressivamente, marcando um período de transição, até a forma se implementar definitivamente, no século XX, como pronome variante do pronome *nós*, mas preservando a concordância com o verbo em terceira pessoa. Essa trajetória de mudança de nome a pronome pode ser vista na figura 2, extraída de Lopes (2003).

Figura 2. Percurso histórico da pronominalização de *a gente*



Fonte: Lopes (2003, p. 104)

Em clássico estudo sobre as formas de tratamento no português, Cintra (1972) atribuiu a mudança e expansão das formas nominais de tratamento, e sua posterior especialização, à hierarquização da sociedade portuguesa. Para o autor, o uso de cada forma de tratamento era apropriado apenas a determinadas camadas sociais. Composta de pronome possessivo de segunda pessoa plural e nome, a forma de tratamento *Vossa Mercê* era empregada, inicialmente, apenas como distinção honorífica da pessoa do rei. Ao longo do tempo, se vulgariza por exigência de classes emergentes, como a dos burgueses, e deixa de ser de uso exclusivo para referência à figura soberana do rei. Posteriormente, para distinção honorífica do rei, surgem as formas de tratamento *Vossa Alteza*, e, depois, *Vossa Majestade*. A partir daí, o uso de *Vossa Mercê* continua descendo na escala social e passa a não mais reportar distinção social, momento em que surgem, por erosão fonética motivada pela alta frequência de uso, as variantes históricas *vossuncê*, *vossuncê* e, finalmente, *você*, que emerge, no século XVII, como forma dêitica concorrente do pronome de segunda pessoa do discurso, *tu*. Como pronome, *você* preserva de sua fonte o traço de concordância do verbo em terceira pessoa e assume como variante plural *vocês*, que suplanta totalmente o pronome *vós* no PB contemporâneo. Os pronomes *tu* e *você* têm distribuição diatópica no PB; quando usados como variantes, não costumam marcar relações de cortesia e neutralizam no verbo as distinções morfológicas que os diferenciavam (SCHERRE *et al.*, 2015).

O quadro 1 abaixo, reproduzido de Duarte (2019), mostra como a franca entrada de *você* e *a gente* impactou o paradigma pronominal e reduziu a morfologia de concordância.

Quadro 1. Pronomes pessoais e flexão verbal no presente do indicativo no PB

PESSOA	SINGULAR	PLURAL
1 ^a .	<i>Eu trabalho</i>	<i>Nós trabalhamos</i> A gente trabalha
2 ^a .	<i>Tu trabalha(s) ~</i> Você trabalha	<i>Vós trabalhais</i> Vocês trabalha(m)
3 ^a .	Ele/ela trabalha	<i>Eles/Elas trabalha(m)</i>

Fonte: Duarte (2019, p. 131)

Como descreve a autora, de seis pronomes pessoais do português clássico (séculos XVI-XVIII) – singular *eu, tu, ele/ela* e plural *nós, vós, eles/elas*, que projetavam no verbo seis desinências de concordância próprias, perde-se o pronome *vós* e a flexão verbal a ele associada e, a partir do século XIX, fixam-se os pronomes *você/vocês* e *a gente*. Conforme se apreende no quadro da autora, as seis desinências verbais se reduzem a cinco, consideradas as coexistências de *tu* e *você* e de *nós* e *a gente* no uso padrão da língua, e a apenas duas, se consideradas as prevalências de *você* sobre *tu* e de *a gente* sobre *nós* e a não realização de concordância verbal com os pronomes plurais.

A partir dessa breve incursão histórica, concluímos que, embora a passagem de nome a pronome seja comum a *a gente* e a *você*, essas construções pronominais têm histórias opostas no que se refere ao uso dêitico. A forma *você* se desenvolve de uso originalmente dêitico, com valor referencial altamente específico, invariável e contextualmente definido (com o referente disponível na situação da interação) e, ao longo do tempo, tem sua foricidade abstratizada, em direção a usos dêíticos de sentido constante (referência à segunda pessoa do discurso) e referência variável (qualquer interlocutor), com valor genérico *default*, que só se especifica no contexto situacional, ou se mantém indefinido, no contexto linguístico, servindo à estratégia de indeterminação do sujeito. A forma *a gente*, por sua vez, na direção contrária de *você*, se desenvolve de usos não dêíticos, com valor referencial genérico e indefinido, advindo do traço plural coletivo que o nome comporta. Ao longo do tempo, e ao se abstratizar, adquire traços dêíticos, mantendo o traço coletivo, que permite, no contexto situacional, referenciar deiticamente as pessoas envolvidas no discurso (referência à primeira pessoa do plural), ou operar, no contexto linguístico, referência indefinida, não incluindo necessariamente falante e ouvinte, e servindo, portanto, de estratégia de indeterminação do sujeito.

A mudança construcional de *a gente* e *você*

Uma expressão referencial pode ser concebida como uma categoria que comporta graus, numa escala em que se posicionam num ponto focal entidades de referência altamente específica, e, no outro, entidades de referência totalmente indefinida, ou totalmente nula,

como é o caso extremo de expletivos que, não tendo conteúdo semântico, integram certas construções como meros marcadores formais de preenchimento da posição de sujeito (cf. usos expletivos de *it*, do inglês, e *il*, do francês, em frases como *it's raining* e *Il pleut*, respectivamente, e usos de sujeito nulo em frases correspondentes do PB, como *está chovendo*).

Milanez (1982) argumenta que a indeterminação não é fenômeno de natureza absoluta, porque certos recursos de indeterminação são mais generalizantes que outros, a exemplo dos pronomes *nós* e *a gente*, que indicam uma abrangência ampla, podendo incluir o EU + NÃO-EU + NÃO-PESSOA, diferentemente do que acontece com o pronome *eles* que comporta apenas a NÃO-PESSOA. Segundo afirmação da autora, “se se faz presente, por exemplo, uma referência a um grupo social em que se integra o agente verbal, sua abrangência pode se restringir, embora, ainda assim, ele continue representando um conjunto aberto de seres” (MILANEZ, 1982, p. 20).

Na literatura sobre indeterminação do sujeito, parece haver certa divergência entre os autores, pelo fato de certas noções, tais como, referência específica e não-específica, definitude, generalização, por exemplo, causarem certa ambiguidade ou se sobreporem. Para tratar de indeterminação, é necessário ter claras as noções de referencialidade, especificidade, definitude e generalidade, portanto. É em Lyons (1977) que encontramos uma tipologia de referenciação que sustenta nossa argumentação, neste artigo. O autor apresenta três tipos de expressões que, nas línguas naturais, podem fazer referência: (i) *expressões gerais*, que referem classes de indivíduos; (ii) *expressões definidas*, que referem indivíduo específico ou alguma classe específica de indivíduos; (iii) *expressões indefinidas*, que não referem nem indivíduo específico nem alguma classe de indivíduos.

Relativamente a essa proposta de Lyons (1977), as construções pronominais *a gente* e *você*, que operam estratégias de indeterminação, se enquadram no tipo (iii) proposto pelo autor. Assim, é possível formular as restrições em (3) para o uso de *a gente* e *você* em estratégias de indeterminação do sujeito.

3. Restrições de uso de *a gente* e *você* em estratégias de indeterminação
 - a. para a construção pronominal *a gente*: (i) a referência não deve incluir nem a primeira nem a segunda pessoa do discurso; (ii) se inclui a primeira pessoa do discurso e exclui a segunda, o pronome não opera indeterminação.
 - b. para a construção pronominal *você*: (i) a referência não deve incluir a segunda pessoa do discurso; (ii) se inclui indivíduo específico ou alguma classe de indivíduo na qual a segunda e/ou a primeira pessoa do discurso estejam inseridas, o pronome não opera indeterminação.

É sob o entendimento de que as restrições acima operam nos usos indeterminados das construções pronominais *a gente* e *você* que defendemos o reconhecimento de mudanças construcionais que as atingem pós-construcionalização, porque, se, na passagem de nome a pronome, essas construções adquiriram traço dêitico para referência à primeira e à segunda pessoa do discurso, a mudança construcional ocorre se esse traço semântico-pragmático se perde por completo na estratégia de indeterminação. Por isso entendemos que, numa suposta escala de referencialidade, indeterminação e generalização não se encontram em um mesmo ponto, não podendo, portanto, ser tratadas como faces do mesmo fenômeno de indeterminação.

Detalhando nossa proposta de mudanças pós-construcionalização, consideramos que os pronomes pessoais têm por propriedade mais geral ser de natureza fórica. São palavras que não possuem conteúdo descritivo próprio, assumindo referência somente no uso (NEVES, 2008). No processo de mudança, ao perderem o estatuto de nome, as construções *a gente* e *você* passam a integrar, de modo coeso, o paradigma de pronomes no português, sujeitando-se às propriedades que essa classe comporta. Entretanto, um exame de ocorrências de uso em contextos reais de comunicação nos revela que construções nominais, e, conseqüentemente as pronominais, podem esmaecer traços de referencialidade, mesmo sendo esta uma propriedade semântica inerente a essas duas classes de construções.

Camacho, Dall'Aglio-Hattner e Gonçalves (2008), ao tratarem do substantivo no português falado culto no Brasil, evidenciam que estratégias sintáticas, semânticas e discursivas podem revelar graus de referência que um determinado nome pode assumir. A entidade referenciada pode deixar de ser individualmente especificada com a perda gradativa da referencialidade, a depender da função que o nome exerce na cadeia sintagmática. Pode-se extrair dessa descrição dos autores que o substantivo, no seu funcionamento discursivo, comporta **graus de referencialidade**, que vão desde uma **referencialidade nula**, quando em posição predicativa atuam como classificadores ou qualificadores, como em (4), até uma referencialidade **descritiva específica**, como em (6), passando por casos intermediários de **referencialidade genérica**, como em (5). De (4) a (6), sistematizamos os exemplos dados pelos autores em um *continuum* de graus de referencialidade do nome, de nula a específica e definida.

4. **Referencialidade nula do nome** [-genérica; -definida]
 - a. Aquilo me chocou [eu] ***era tão criança***. [DID SP 234] (qualificador)
 - b. ***Eu era aluna da Maria Ulineva***. [DID SP 234] (classificador). (CAMACHO *et al.*, 2008, p. 36, grifos nossos).

5. **Referencialidade genérica** [+ genérica; +/- definida]
- a. Dizem que **o baiano** [+ genérica; + definida] é preguiçoso... ((risos)) que **o:: cearense** [+ genérica; + definida] é preguiçoso... porque realmente você depois de comer aquilo tudo cê tem que ter uma hora pra descansar [DID RJ 328]
- b. **a gente toma vinho** [+ genérica; - definida] de acordo também...com o tipo de comida...se é carne...aqueles hábitos que a gente tem...**se é carne é vinho tinto** [+ genérica; + definida]... se é peixe **a gente usa vinho branco** [DID RJ 328]. (CAMACHO *et al.*, 2008, p. 36-37, grifos nossos).
6. **Referencialidade descritiva específica** [+ específica; + definida]
- a. tive a oportunidade de trabalhar **fazer uma cena com o:: o balê russo** [DID SP 234]
- b. **Eu era aluna da Maria Ulineva** [DID SP 234]. (CAMACHO *et al.*, 2008, p. 36, grifos nossos).

Aplicando o mesmo raciocínio de Camacho, Dall'Aglio-Hattner e Gonçalves (2008) aos casos das construções pronominais, é possível considerar que *a gente* e *você* também se submetem a tipo de processo semelhante. A perda gradativa de traços referenciais pode levar a um grau de generalidade tal que a indefinidade do referente passa a justificar usos indeterminados quando essas formas ocorrem em posição de sujeito. Ao chegar nesse ponto, essas construções pronominais perdem sua principal propriedade semântica de referir, de modo específico e definido, as pessoas do discurso, na medida em que assumem referência nula ou indeterminada. As ocorrências em (7) e (8) exemplificam essa linha de argumentação somente para o caso aqui focado.

- 7 Doc.: ah então ele TAVA mesmo perseguindo?
 Inf.: TAVA... então ele tava porque... é incrível **você sair d'um bairro** ir pa outro bairro e um moço ficar te seguindo... (BDI, AC-66-NE; L. 32).
- 8 Doc.: éh:: deixa eu te falá(r)... cê vai na iGREja?
 Inf.: vô(u)
 Doc.: qua/ éh:: que que você acha? cê acha imporTANteaSSIM... **a gente tê(r) religiÃO?**
 Inf.: eu a::Cho
 Doc.: POR que que cê acha?
 Inf.: porque:... que **a gente tem que tê(r) conTÁto com DEus** né?... (BDI, AC 002-RO; L. 114).

Em (7), a informante usa *você*, para se referir não à pessoa do interlocutor, mas a qualquer indivíduo que esteja na mesma situação sua, um claro exemplo de anulação de referência à segunda pessoa do discurso. Em (8), os dois usos de *a gente* não incluem o locutor

nem o alocutário, mas a NÃO-PESSOA, ou seja, as pessoas em geral, pois, no contexto, o documentador toma conhecimento de que a informante vai à igreja e, portanto, tem religião, e o uso de *a gente* não referencia as pessoas do discurso. Nesses usos específicos de *você* e *a gente* operando indeterminação de referência do sujeito, seguindo Soares (2018), afirmamos que as duas construções pronominais estão passando por um processo de mudança construcional pós-construcionalização, que resulta na criação de novos nós na rede pronominal de indeterminação de sujeito.

Uma proposta de rede

No PB, os falantes têm disponíveis diversas estratégias gramaticais para indeterminar o sujeito sentencial. A rede de indeterminação do sujeito abriga estratégias expressas por sintagmas verbais e sintagmas nominais, revelando, assim, uma rede radialmente difusa. Tradicionalmente, são reconhecidas duas formas de indeterminação de sujeito expressas por sintagmas verbais: (i) verbo sem sujeito e na terceira pessoa do plural (3p. pl.), como em (9); (ii) verbo na terceira pessoa do singular mais o clítico *se* (3p.sg.+*se*), considerado **índice de indeterminação do sujeito**, como em (10); e, possivelmente, pela própria definição, (iii) verbos na forma nominal de infinitivo impessoal (V.inf.impes.), que “não tem sujeito, porque não se refere a uma pessoa gramatical” (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 484), como em (11).

9. ***Contaram-me***, quando eu era pequenina, a história duns naufragos. (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 128, grifo nosso).
10. Ainda ***se vivia*** num mundo de certezas. (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 128, grifo nosso).
11. ***Amar*** é a eterna inocência. (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 484, grifo nosso).

Entretanto, além das estratégias discursivas de indeterminação de sujeito reconhecidas pela tradição gramatical, há, no uso efetivo do PB, várias outras estratégias, como as apontadas a seguir. Ainda no paradigma expresso por sintagmas verbais desprovidos de sujeito, autores como Neves (2008) reconhecem que a indeterminação pode se dar por meio de verbos na terceira pessoa do singular sem o clítico *se* (3p.sg.), embora a autora nada comente sobre o papel de possíveis preenchedores da margem esquerda do verbo da oração, como em (12).

12. Lá ***tira*** título de eleitor. [HO-D] (NEVES, 2018, p. 94, grifo nosso).

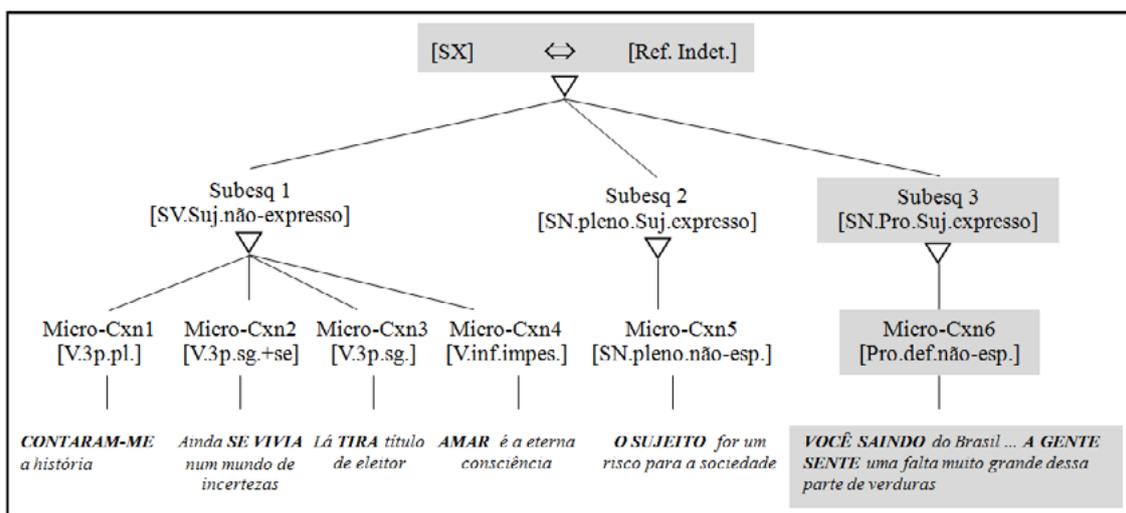
Como se vê, de (9) a (12), as estratégias de indeterminação se resolvem nos limites dos sintagmas verbais, diferentemente de outras em que a oração apresenta posição de sujeito preenchida por sintagma nominal de dois tipos: o primeiro, não-específico, como em (13), e o segundo, um pronome de referência indeterminada, como é o caso de *você* e *a gente*, em (14), construções alternantes da mesma estratégia exemplificadas por Neves.

13. Se **o sujeito** for um risco para a sociedade, um criminoso psicopata, coisa assim, aí **o cara** tem que ser tratado apenas. [AGO-R] (NEVES, 2018, p. 95, grifos nossos).
14. agora... é engraçado que **você** saindo do Brasil... **a gente** sente uma falta muito grande dessa parte de verduras. [DID RJ 328] (NEVES, 2008, p. 534, grifos nossos).

Não enquadramos, entre os casos acima, pronomes indefinidos (algum, nenhum, vários, todos etc.), porque, seguindo Neves (2008), essa classe deve ser tratada como especificador por operarem quantificação indefinida ou inexistente de entidades cuja referência não se pode identificar ou mesmo particular.

A partir desses dados, seguindo a proposta do modelo teórico que adotamos aqui, podemos chegar à rede mostrada na figura 3, na qual são localizáveis, em níveis de esquema, subesquema, microconstruções e construtos, as diversas estratégias de indeterminação de que o PB dispõe.

Figura 3. Rede taxionômica de indeterminação do sujeito no PB



Fonte: Elaboração própria

De acordo com a figura 3, a rede é construída de modo ascendente, porque cada nível representado constitui uma abstração dos níveis de ordem mais baixa. Em termos da representação da rede, isso significa que:

- (i) o esquema geral [SX] \leftrightarrow [Ref. indet.] representa a categoria mais abstrata de indeterminação do sujeito: no plano da forma, a construção aberta SX representa um sintagma genérico, possível de ser realizado, em X, por um verbo ou um nome, de forma a acomodar diferentes estratégias de indeterminação; o plano do significado [Ref. Indet.] comporta a noção de referência indeterminada;
- (ii) o nível intermediário da rede compõe-se de três subesquemas irmãos: Subesq1 [SV.Suj. não-expresso], Subesq2 [SN.pleno.Suj.expresso] e Subesq3 [SN,Pro.Suj.expresso], os quais dão conta das três estratégias morfossintáticas que operam a referência indeterminada;
- (iii) o nível mais baixo da rede, com seis microconstruções (Micro-Cxn), comporta os tipos de estratégia de indeterminação instanciados pelos respectivos subesquemas: a Micro-Cxn1 [V.3p.pl.], a Micro-Cxn2 [V.3p.sg.+se], a Micro-Cxn3 [V.3p.sg.] e a Micro-Cxn4 [V.inf. impes.], todas irmãs, especificam tipos de indeterminação resolvidas no âmbito do sintagma verbal sem sujeito expresso; a Micro-Cxn5 [SN.pleno.não-específico], filha única, admite preenchimento da posição de sujeito da oração por SN não específico; a Micro-Cxn6 [Pro.definido.não-específico], também como filha única, sanciona casos de sujeitos pronominais não específicos expressos na oração.
- (iv) (o nível do construto comporta a construção tal como empregada no uso da língua.

Organizamos, dessa forma, a família de construções de indeterminação do sujeito e, como parte de nossos objetivos, destacamos na rede a estratégia de indeterminação operada por *a gente* e *você*, que, abrigada na Micro-Cxn6, integra o Subesquema 3, que sanciona apenas estratégias de indeterminação operadas por SN pronominal expresso na oração.

Conforme mencionamos anteriormente, várias mudanças na sintaxe do PB foram desencadeadas na decorrência do processo de mudança por que passaram as construções *a gente* e *você* ao entrarem para o quadro pronominal. O preenchimento mais frequente da posição e o quase desaparecimento do clítico indeterminador se são apontados como reflexos da entrada de *você* e *a gente* no quadro pronominal do PB (DUARTE, 1993) e, como consequência, estratégias de indeterminação passam também a ser operadas por essas construções pronominais, que perdem estatuto referencial, após processo de construcionalização que as constituiu como pronomes, em favor da nova função que passam a desempenhar na estrutura argumental da oração. Esse é o

fo condutor de nossa reinterpretação do fenômeno sob a abordagem construcional da mudança.

No que é próprio da organização da língua em redes, conforme previsto pela Gramática de Construções, destacamos que as construções pronominais aqui analisadas como parte da rede de indeterminação do sujeito mantêm elos de herança (de forma e de significado) com outras redes do PB, por motivações históricas e/ou de gradiência e variação sincrônica. Sob esse entendimento, é possível propor que *você* e *a gente* da rede de indeterminação manteriam elos sincrônicos com a rede de pronomes pessoais referenciais e elos diacrônicos com as redes de formas de tratamento e de nomes coletivos, fontes respectivas das quais elas derivam. Tais comprovações, no entanto, só se consubstanciarão dentro uma proposta de pesquisa mais ampla, cujos objetivos escapam aos propostos para este artigo. Nesse mesmo sentido, cabe observar ainda que outras construções pronominais também podem operar estratégias de indeterminação, conforme atestado por vários autores, como Neves (2008), mas o foco, neste trabalho, se concentra apenas nas estratégias operadas por *a gente* e *você*, sob a justificativa de suas particularidades no quadro pronominal resultantes de processos de construcionalização por que outras construções pronominais não passaram.

Considerações finais

Sob o quadro da abordagem construcional da mudança e nos valendo de trabalhos descritivos, reinterpretemos o percurso histórico da formação das construções pronominais *você* e *a gente* como casos de construcionalização. Até este ponto, apenas o quadro teórico novo para a reinterpretação que fizemos se justificaria como novidade. No entanto, como componente de originalidade da investigação, mostramos que, uma vez construcionalizadas como pronomes, essas construções continuam a experimentar novas mudanças, porque passam a servir também à estratégia de indeterminação de sujeito, fenômeno apontado apenas esparsamente por alguns gramáticos descritivistas, mas não de modo unificado e dentro de uma teoria de gramática, como tentamos mostrar aqui.

Cumprindo o objetivo principal do artigo, propusemos uma rede taxionômica de construções de indeterminação de sujeito para o PB, localizando nela as microconstruções pronominais *a gente* e *você*. Trata-se, em última análise, de mais um tipo de mudança, dentre tantos outros, que, envolvendo o quadro pronominal do PB, tem afetado diversos nós na rede da gramática do PB. Argumentamos, nesse passo, que construções da rede de indeterminação mantêm traços de herança com outras redes de construções, por motivações históricas e/ou de variação e gradiência sincrônicas, uma agenda de pesquisa que aponta para possíveis outros desdobramentos do tema aqui desenvolvido.

Como arremate final do caso de mudança aqui retratado, reafirmamos a adequação da abordagem construcional como modelo teórico-metodológico, pelo potencial explanatório que tem de permitir uma melhor compreensão da organização da língua e como mudanças construcionais afetam não apenas uma construção particular, mas toda a gramática da língua.

Agradecimentos

Esta pesquisa tem apoio financeiro do CNPq (Processo n. 307691/2017-9), para o primeiro autor, e da CAPES (Processo n. 88887.481575/2020-00), para o segundo.

REFERÊNCIAS

BARLOW, M.; KEMMER, S. (ed.). *Usage-based models of language*. Stanford, CA: CSLI publications, 2000.

BENVENISTE, É. O aparelho formal da enunciação. In: BENVENISTE, É. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes, 1989. p. 81-92.

BYBEE, J. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

CAMACHO, R. G.; DALL'AGLIO-HATTNER, M. M.; GONÇALVES, S. C. L. O substantivo. In: CASTILHO, A. T.; ILARI, R.; NEVES, M. H. M. (org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: classes de palavras e processos de construção*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008. p. 21-84.

CASTILHO, A. T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CINTRA, L. F. L. *Sobre "formas de tratamento" na língua portuguesa (ensaios)*. Lisboa: Horizonte, 1972.

CROFT, W. *Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DUARTE, M. E. L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 107-128.

DUARTE, M. E. L. A Sociolinguística “paramétrica”: desfazendo equívocos. *Guavira – Letras*, Três Lagoas, v. 15, n. 31, p. 124-140, 2019.

FARACO, C. A. O tratamento de *you* em português: uma abordagem histórica. *Fragmenta*, Curitiba, n. 13, p. 51-82, 1996.

GAFFIOT, F. *Dictionnaire latin-français*. Paris: Hachette, 1934.

GOLDBERG, A. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

GOLDBERG, A. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GONÇALVES, S. C. L. *Banco de dados Iboruna: amostras eletrônicas do português falado no interior paulista*. 2007. Disponível em: <http://www.iboruna.ibilce.unesp.br>. Acesso em: 8 abr. 2020.

LANGACKER, R. *Foundations of cognitive grammar: theoretical prerequisites*. v. 1. Stanford: Stanford University Press, 1987.

LOPES, C. R. dos S. *A inserção de “a gente” no quadro pronominal do português*. v. 18. Frankfurt/Madrid: Vervuert/Iberoamericana, 2003.

LYONS, J. *Semantics*. v. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MENON, O. P. S. A indeterminação do sujeito no português do Brasil: NURC-SP e VARSUL. In: VANDRESEN, P. (org.). *Variação, mudança e contato linguístico no português da região sul*. Pelotas: EDUCAT, 2006. p. 125-167.

MENON, O. P. da S. A gente: um processo de gramaticalização. *Estudos linguísticos*, São Paulo, n. 25, v. único, p. 622-628, 1996.

MILANEZ, W. *Recursos de indeterminação do sujeito*. 1982. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1982.

NEVES, M. H. M., Os pronomes. In: CASTILHO, A. T.; ILARI, R.; NEVES, M. H. M. (org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: classes de palavras e processos de construção*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008. p. 507-616.

OMENA, N. P. de. A referência à primeira pessoa do discurso no plural. *In: SILVA, G. M. de O.; SCHERRE, M. M. P. (org.). Padrões Sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 183-215.

OMENA, N. P. de; BRAGA, M. L. *A gente* está se gramaticalizando? *In: MACEDO, A. T.; RONCARATI, C.; MOLLICA, M. C. (org.). Variação e discurso.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 75-83.

ROLLEMBERG, V.; ANDRADE, C.; LOPES, C.; MATOS, C. Os pronomes pessoais sujeito e a indeterminação do sujeito na norma culta de Salvador. *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, n. 11, v. único, p. 53-74, 1991.

SCHERRE, M. M. P.; DIAS, E. P.; ANDRADE, C.; MARTINS, G. F. Variação dos pronomes TU e VOCÊ. *In: MARTINS, M. A.; ABRAÇADO, J. (org.). Mapeamento Sociolinguístico do Português Brasileiro.* São Paulo: Contexto, 2015. p. 133-172.

SOARES, B. G. *Mudança na rede construcional do sintagma nominal para pronome: a construcionalização de a gente.* 2018. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

TRAUGOTT, E. C., TROUSDALE, G. *Construcionalization and constructional changes.* Oxford: Oxford University Press, 2013.